

Tropas movimentam-se lentamente para os acantonamentos militares

As tropas do Governo e da Renamo estão a movimentar-se lentamente para as áreas de acantonamento, afirmou o representante especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello.

O responsável das Nações Unidas declarou que nos dois primeiros dias efectivos de acantonamento apenas 593 militares do Exército e da Renamo estavam presentes nos 20 centros entretanto abertos.

«Eles estão a movimentar-se muito lentamente», afirmou Ajello, que atribuiu a situação ao facto de «os comandantes dos campos não terem recebido instruções do Comando Central», a dificuldades de comunicação e a problemas de transporte.

Ajello admitiu ainda a lentidão com que se estão a movimentar as tropas para o acantonamento se deva à «desconfiança entre as partes».

«Estão a ver o que os outros fazem, se estão a movimentar-se» — declarou o representante da ONU.

Dos 593 efectivos presentes nas áreas de acantonamento, 154 pertencem ao Governo e 439 à Renamo,

adiantou.

Registados oficialmente só foram até agora os 154 soldados do Governo, que entregaram as suas armas, conforme prevê o Acordo Geral de Paz.

As tropas do Executivo de Maputo deram entrada nas áreas de Estima (Provincia de Tete) e Namiaio (Nampula), e as da Renamo em Mavago (Niassa) e Mohiua (Zambézia).

O primeiro balanço com algum valor só pode ser feito no final desta semana», afirmou ainda Ajello, que disse estar «em contacto com os comandos militares de ambos os lados».

Segundo um documento distribuído no habitual encontro das sextas-feiras do representante da ONU com jornalistas, a capacidade de acolhimento das 20 áreas de acantonamento abertas é de 18.210 efectivos.

As 12 áreas do Governo podem acolher em simultâneo 13.910 militares e as oito da Renamo 4.300.

Mas em todo o processo de acantonamento passarão por aquelas 20 áreas 32.907 soldados, 25.976 nas áreas do Governo e 6.961 nas da Renamo, o que significa que haverá dois turnos.

Ajello revelou ainda que o Executivo aprasentou numa reunião tripartida da Comissão de Cessar-Fogo (CCF) um plano para o desmantelamento das forças irregulares.

O desmantelamento dessas em simultâneo com o acantonamento foi um dos acordos a que se chegou para que tivesse início a concentração das forças regulares.

Mas o representante da ONU recusou-se a indicar qual o número de efectivos irregulares envolvidos, já indicados numa lista apresentada pelo Executivo moçambicano na CCF.

Quanto às restantes 29 áreas de acantonamento, que de acordo com declaração aprovada na Comissão de Supervisão e Controlo, deverão abrir até 20 do corrente, 22 estão já aprovadas e em 17 delas a ONU já está presente.

Ajello considerou ser «bastante realista» a possibilidade de as restantes áreas em faltas serem abertas até 20 deste mês, 10 dias antes de expirar o prazo estabelecido pelo calendário do processo de paz para que todas as áreas de acantonamento estarem a funcionar.

ÁREAS EM DISPUTA ENTRE AS PARTES

Mais duas áreas foram aprovadas numa reunião da CCF, ficando a faltar cinco, três das quais — Dunda Savane e Salamanga — estão em disputa entre as partes.

O Governo alega que aquelas zonas, onde a Renamo pretende estabelecer áreas de acantonamento, foram ocupadas pela oposição armada depois do cessar-fogo.

Ajello indicou ter instruído o presidente da CCF para fazer os documentos que foram aprovados para resolver estas situações, mas não foi claro sobre qual será a solução.

A CCF concluiu que no caso de Salamanga houve violação do cessar-fogo pela Renamo.

Mas um documento aprovado em Outubro pelas partes permite, na base de considerações logísticas, que a Renamo aí fique, embora não lhe seja reconhecido o direito de ocupação das zonas.

Ajello indicou que há problemas de interpretação deste documento por ambas as partes.